Jornal
Reparação
Maio 2024
Nº 10

Assessoria Técnica Independente PARAOPEBA
NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS

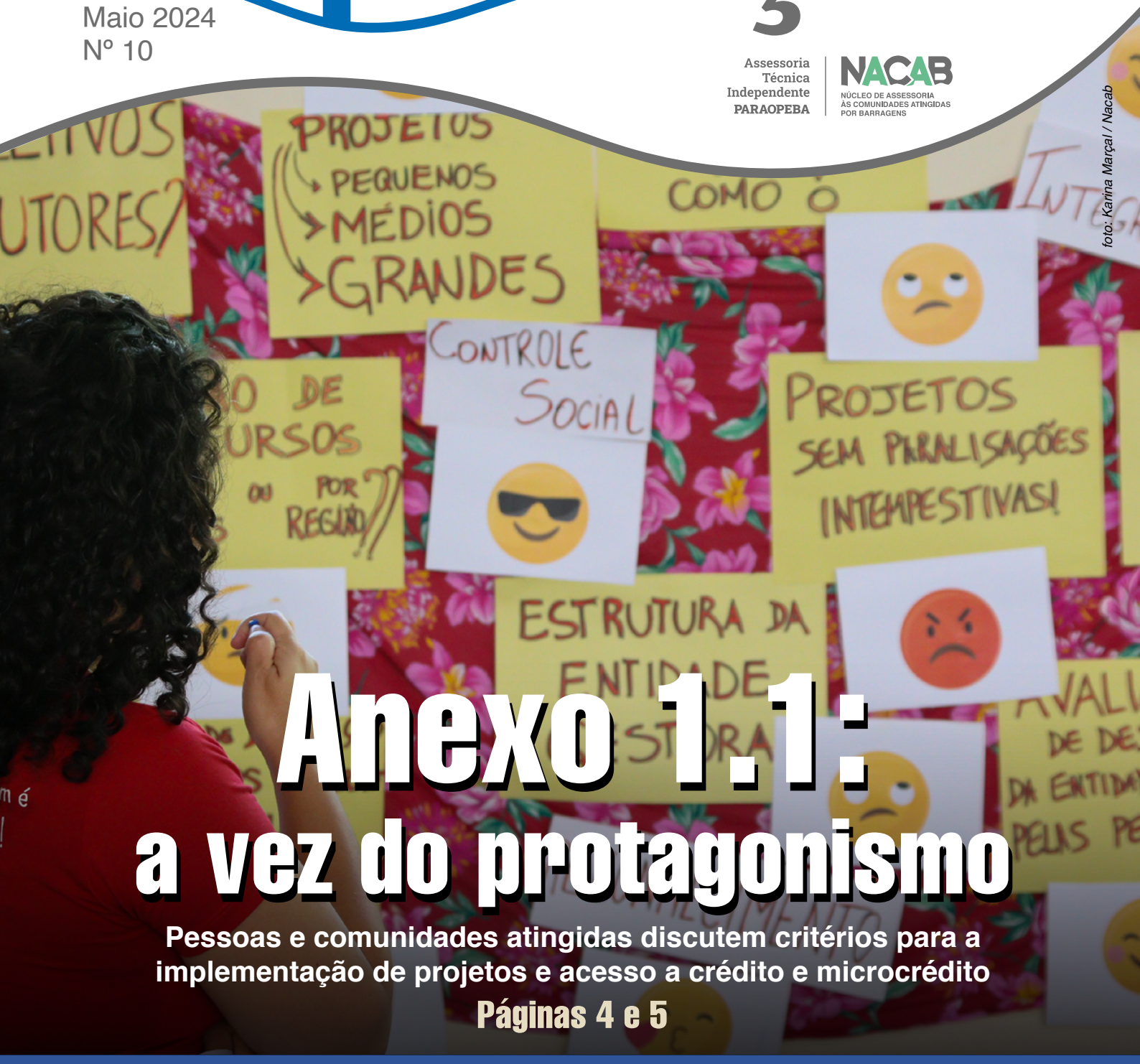

foto: Karina Marçal / Nacab

Anexo 1.1: a vez do protagonismo

Pessoas e comunidades atingidas discutem critérios para a implementação de projetos e acesso a crédito e microcrédito

Páginas 4 e 5

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Apostando na luta coletiva, PCTs debatem programas de reparação

página 3

REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Famílias atingidas esperam há mais de cinco anos por resultados

páginas 6 e 7

PESQUISA PARTICIPATIVA

Famílias agricultoras monitoram danos provocados pelo rompimento

páginas 8 e 9

Vozes atingidas

QUERIDO PARAOPEBA

Ronaldo Marcelino Fonseca - Atingido de Beira Córrego

Quanta morte, quanta aflição,
quanta tristeza e sofrimento
esvaiu-se um modo de vida,
numa avalanche de lama,
num crime de um rompimento

Duzentas e setenta e duas vidas,
ceifadas antes do tempo
órfãos deixados aos prantos
famílias inteiras enlutadas
sem amparo e sem acalento

Milhares de atingidos, muitos amigos perdidos,
no rastro da lama da morte
lama cruel, violenta, da condenada bacia de contenção
veio da mineração, lá da mina do feijão,
contaminando todo um vale, causando sua destruição

Desceu furiosa, pelo leito do córrego ferro – carvão
violenta, viscosa, densa, pesada,
desgovernada, como lavas de um vulcão,
porém de cor avermelhada e fria, destruindo e arrasando,
ferindo de morte o “Rio das Águas Rasas” e sua população

Quantos amores se perderam,
quantos sonhos se foram,
só dor, tristeza e agonia,
choro sem piedade, por ganância e irresponsabilidade
que arrasou toda uma bacia...

Acesse o poema completo através do QR CODE

foto: Marcio Martins / Nacab

Curta
Compartilhe
Fortaleça
AS REDES SOCIAIS DO NACAB

@nacabmg
nacab.org.br
Chip Dúvidas
31 99596-9065

Assessoria Técnica Independente PARAOPEBA | NACAB NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS

Rua Santo Antônio, 30, Apto. 2
João Braz - Viçosa, MG
E-mail: contato@nacab.org.br
Telefone: (31) 3885 1794

Coordenadora Geral: Marília Andrade Fontes
Coordenação Geral: Alexandre Chumbinho, Irla Paula Stopa, Luciano Marcos da Silva, Marília Andrade Fontes, Marluce de Souza Abduane, Lauro Fráguas
Gerente de Comunicação: Leonardo Dupin
Gerente Administrativo Financeira: Marluce de Souza Abduane
Gerente Geral: Irla Paula Stopa
Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho
Gerentes de Reparação: Lauro Fráguas e Luciano Marcos da Silva

Jornal Reparação
ISSN 2764-1996
Editor: Leonardo Dupin
Textos: Karina Marçal, Leonardo Dupin, Luís Henrique do Carmo, Marcio Martins, Marcos Oliveira e Ramon Rodrigues
Projeto Gráfico e ilustrações: Fabiano Azevedo
Diagramação: Luís Henrique do Carmo

Assessoria Técnica Independente Paraopeba - Escritórios
Belo Horizonte: R. Bueno Brandão 351, Santa Tereza
Paraopeba: Av. Dom Cirilo, 609, Canaã
Pará de Minas: Avenida Minas Gerais 413, São José
Esmeraldas: Rua Senador Melo Viana, 158, 2º andar, Centro

Luta Coletiva

Povos e Comunidades Tradicionais fortalecidos

Organizados em seis segmentos na Região 3, PCTs debatem sua incidência sobre os programas de reparação

por Marcos Oliveira e Karina Marçal

A ATI Paraopeba Nacab busca desde 2019 fortalecer e informar os povos e comunidades tradicionais na Região 3. Através de encontros, reuniões e oficinas, a ATI mobiliza e leva informações qualificadas e acessíveis para que esses grupos se organizem e lutem por seus direitos.

Com as novas diretrizes do trabalho das Assessorias Técnicas Independentes, determinadas por Termo de Compromisso assinado com as Instituições de Justiça em julho de 2023, ações específicas para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) ganharam mais destaque no planejamento e na atuação das ATIs, especialmente no que diz respeito aos Projetos de Demandas das Comunidades (Anexo 1.1) e ao Fortalecimento de Políticas Públicas (Anexo 1.3).

O andamento dos trabalhos

Para os projetos de Demandas das Comunidades Atingidas, os PCTs vêm se mobilizando no fortalecimento de uma organização que articule todas as tradicionalidades presentes na Região 3, para incidir na governança do Anexo 1.1 ocupando espaços de representação e decisão.

Já os Projetos para Fortalecimento de Políticas Públicas estão em fase de detalhamento, a partir de um documento construído por 16 comunidades e povos tradicionais, no qual elas indicam como gostariam que essas iniciativas sejam executadas. Esse material será entregue ao Comitê Pró-Brumadinho, entidade que reúne diversos órgãos do governo de Minas Gerais, e à Vale, que deverá financiar e executar os projetos.

foto: Marcio Martins / Nacab

Festa em louvação à Orixá Nanã Buruque às margens do Rio Paraopeba

Tradicionalidade e organização

Nos últimos anos, os Povos e Comunidades Tradicionais da Região 3 se organizaram e dialogaram sobre a reparação integral, nos âmbitos coletivo e individual, construindo formas de mobilização, engajamento e participação nos espaços da reparação. Até o momento, são seis segmentos de PCTs organizados na Região 3: ciganos, indígenas, povos de tradição de matrizes africanas (terreiros e guardas de congado), extrativistas, pescadoras/es artesanais e quilombolas.

Encontros possibilitaram o intercâmbio entre as práticas, culturas, ofícios e religiosidades, sendo espaços de atualização sobre as questões relacionadas à reparação. Eles proporcionaram espaços de formação a respeito de conceitos, direitos e do Sistema de Participação, considerando a auto-organização, a representação e o envolvimento destes povos em todo o processo.

“Todos os municípios estão mobilizados, a organização escolhida por eles foi através desses segmentos e juntos eles vão pensar uma melhor maneira de incidir na construção do plano de trabalho e depois no acesso aos projetos, ao crédito e ao microcrédito.”

Sávio José
assessor de Povos e Comunidades Tradicionais da ATI Paraopeba Nacab

“Nossa luta é por um processo de reparação integral, com acesso ao Programa de Transferência de Renda e ao crédito e microcrédito. O debate sobre esses dois últimos e os projetos para as comunidades está no início, mas deve ser conduzido de forma especializada, com sensibilidade para lidar com os povos de religiosidade de matriz africana, que sofrem com o preconceito, a intolerância religiosa e o racismo.”

Karen Pereira da Aldeia das Folhas Tenda Pai Julião das Almas, em Paraopeba

Projetos de Demandas das Comunidades

Programas mais esperados do Acordo estão em debate

Entidade Gestora inicia discussão com pessoas atingidas sobre a governança dos recursos e das regras do Anexo 1.1

Por Karina Marçal e Marcio Martins

No mês de março, começaram as discussões entre populações atingidas e a Entidade Gestora para elaboração do plano de trabalho que orientará o início da execução dos Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas e linhas de crédito e microcrédito (Anexo 1.1). A chegada desses projetos tem sido bastante esperada nos municípios da bacia do rio Paraopeba desde a assinatura do Acordo, uma vez que o eixo central dessa parte do documento é a autonomia das pessoas atingidas na deliberação e na construção de propostas que possam promover a reparação e o desenvolvimento socioeconômico na região, como a geração de trabalho e renda.

O recurso previsto para o anexo é de R$ 3 bilhões, sendo que R$ 2 bilhões serão direcionados para projetos orientados pelas próprias comunidades atingidas e R$ 1 bilhão para linhas de crédito e microcrédito.

A Entidade Gestora para implementação desses projetos é formada por Cáritas-MG, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB), Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) e Instituto E-Dinheiro. Nesse primeiro momento, ela está construindo junto às pessoas atingidas da bacia, durante o período de noventa dias, um Plano de Trabalho que definirá suas ações ao longo dos próximos dois anos, bem como a forma como o recurso será disponibilizado aos projetos escolhidos pelas comunidades e em linhas de crédito e microcrédito. A Entidade Gestora será responsável pela execução da primeira etapa de implementação do anexo, que prevê a destinação de R$ 300 milhões (10% do valor total do recurso) durante um período de dois anos.

Em março e abril, a Entidade promoveu dois encontros com a Região 3. No primeiro, em Fortuna de Minas, ela apresentou a forma como se daria o trabalho durante os 90 dias. No segundo, em Florestal, foram discutidos três temas centrais da sua Proposta Definitiva: Governança (como as pessoas atingidas participarão), Plano participativo de reparação e desenvolvimento (como serão pensados os projetos, com foco no desenvolvimento de toda a bacia) e Crédito e Microcrédito.

Pelo modelo apresentado pela Entidade Gestora, os eixos devem ser compostos assim: Controle e Participação Social por pessoas atingidas e equipe especializada para composição das Câmaras Temáticas; Controle Fiscal por pessoas atingidas e equipes especializadas; e o eixo Operacional pela Entidade Gestora, Assessorias Técnicas Independentes, entidades, grupos e coletivos executores, além de uma Câmara de Demandas, que conta com as Instituições de Justiça, a Entidade Gestora, representantes das pessoas atingidas e técnicos contratados.

foto: Karina Marçal / Nacab

Primeiro encontro entre a Entidade Gestora e pessoas atingidas da Região 3, no município de Fortuna de Minas

foto: Karina Marçal / Nacab

Segundo encontro entre a Entidade Gestora e pessoas atingidas da Região 3, em Florestal

Proposta definitiva é prevista para maio

Também em abril, segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) da Região 3 - extrativistas, guardas de congado, indígenas, quilombolas, pescadores e povos de religiosidade de matriz africana - se reuniram com a Entidade Gestora no município de Paraopeba para debater a governança do recurso, o fluxo dos projetos comunitários e o acesso a crédito e microcrédito para esses grupos.

Para a Coordenadora Geral da Entidade Gestora, Anna Crystina Alvarenga, o maior desafio nesse início dos trabalhos tem sido com relação à amplitude e à diversidade encontradas no território. "Nessa primeira etapa de construção da Proposta Definitiva, o desafio tem sido de construir processos de confiança e aproximação com as pessoas atingidas. Tendo em vista que é um território de muitas experiências, com muitas organizações presentes, e a Entidade Gestora é mais um ator institucional para gerir esse processo tão importante que é o Anexo 1.1 para as pessoas atingidas", afirma Alvarenga.

Próximos passos

Está previsto para maio, na comunidade de Soledade (Pequi), o terceiro encontro da Região 3 com a Entidade Gestora. Todas as propostas construídas nesses encontros serão sistematizadas pela Entidade Gestora, que deverá também acolher as proposições das outras regiões e organizar um novo caderno com a síntese das contribuições, para uma proposta definitiva a ser apresentada no mês de julho em uma Assembleia Geral da Bacia do Paraopeba. Este evento marcará o encerramento dos 90 dias de construção do Plano de Trabalho de Entidade Gestora e ali ocorrerá a validação de uma Proposta Definitiva de gestão para implementação dos recursos junto à todas as pessoas atingidas da Bacia.

"Na primeira reunião, em Fortuna de Minas, a Rede já deu o recado para a Entidade Gestora quanto à sua organização. Saímos de lá com muita coisa a ser debatida, buscando muitas respostas. Na segunda reunião, munidos do documento apresentado pela Cáritas, o Manual das Comunidades, vimos que a proposta é de um sistema de participação que é muito parecido com o nosso, porém com uma inversão muito grande de papéis, que coloca a pessoa atingida nos Conselhos Fiscalizadores. Isso é muito preocupante, porque essa não é uma função das pessoas atingidas."

Juliano Barbosa
Comunidade Córrego de Areia

"Eu espero que as Instituições de Justiça se sensibilizem e orientem a Entidade Gestora para que este anexo possa contemplar a todas as pessoas atingidas da calha do rio Paraopeba e não somente na área urbana, como tem acontecido na maioria dos municípios. Deixando de lado a área rural atingida, no esquecimento, como sempre aconteceu na história do Brasil: as classes mais carentes da sociedade ficando à margem novamente, sem políticas públicas para nos proteger."

Maria da Conceição
Comunidade dos Rosas

Reparação Ambiental

Estudos de risco à saúde humana avançam a passos lentos

Famílias atingidas esperam há cinco anos para saber se podem consumir água de fontes subterrâneas e alimentos produzidos em suas propriedades

Por Leonardo Dupin e Marcos Oliveira

foto: Bárbara Ferreira / Nacab

Amostras de água coletadas do rio Paraopeba para análise

Desde o rompimento da barragem da Vale, em 2019, pessoas atingidas que vivem na bacia do rio Paraopeba convivem com incertezas sobre as consequências de beber água de origem subterrânea ou mesmo consumir os alimentos plantados em suas propriedades. Neste contexto em que a lama da mineradora atingiu centenas de quilômetros, deveria ser prioridade a realização de pesquisas para investigar os potenciais riscos à saúde, causados pela exposição ao rejeito. Porém, estudos com essa finalidade vêm ocorrendo a passos lentos na bacia.

No início de 2019, o Grupo Engenharia de Proteção Ambiental (EPA) foi contratado pela Vale para realizar os Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), por meio do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público, e que foi reafirmado no Acordo de Reparação, em 2021. Porém, devido à pandemia, os estudos ficaram parados por dois anos. Em 2022, foram retomados, mas até hoje nenhuma resposta efetiva foi dada às comunidades atingidas.

“Acho que o trabalho do Grupo EPA deixa muito a desejar, porque demora bastante e a gente não tem mais o que provar. Isso é muito preocupante, pois são feitas as coletas, mas as informações não chegam até nós. A ata de uma reunião, por exemplo, foi enviada um ano depois. Mais recentemente, ele [o Grupo EPA] retornou à região para fazer um estudo com comunidades tradicionais, mas para isso é preciso ter um protocolo de atendimento, o que ainda não tem”, afirma Patrícia Batista, da comunidade de Campos, em Pequi.

> “O trabalho do Grupo EPA deixa muito a desejar, porque demora bastante e a gente não tem mais o que provar. Isso é muito preocupante, pois são feitas as coletas, mas as informações não chegam até nós.”
>
> **Patrícia Batista**
> Comunidade de Campos, em Pequi

A assessora da Gerência da Reparação da ATI Paraopeba Nacab, Paula Laranja, relata que esses estudos deveriam responder a questões sobre o consumo de peixe, a irrigação de plantações com água do rio, o fornecimento dessa água para criações de animais, o cultivo às margens do rio e tantas outras angústias diárias. “A incerteza sobre a contaminação das águas subterrâneas pelo rejeito é algo que também causa a inquietação das comunidades, pois não há mais a segurança das pessoas atingidas em consumir água dessas fontes”, afirma.

Questionado pelo Reparação, o Grupo EPA afirmou que ainda não começaram as coletas para os estudos na Região 3. Segundo o grupo, a pesquisa ainda está em sua fase I, na etapa de elaboração dos relatórios que serão submetidos para a aprovação dos órgãos de Estado, após levantamentos de preocupações de saúde e aplicações de questionários. Depois dessa aprovação, será iniciada a fase II, “na qual as comunidades atingidas serão convidadas a participarem das reuniões e terem conhecimento dos pontos onde serão realizadas as coletas”.

Descontinuidade de territórios de PCTs pode excluí-los dos estudos

Após a aprovação dos estudos do Grupo EPA, específicos para PCTs, em 2023, a ATI Paraopeba Nacab identificou povos de terreiro que seriam grupos atingidos da região. Apesar de realizarem rituais e terem sede em pontos distantes do rio Paraopeba, muitas práticas religiosas acontecem às suas margens, o que faz com que esses coletivos também estejam potencialmente expostos ao rejeito. No entanto, o Grupo EPA tem consultado apenas povos que estejam inseridos numa área previamente delimitada para a realização do estudo.

“Eu acho complicado desconsiderar muitos povos de terreiro para participar desse estudo, porque é uma questão de saúde. A gente está realmente a uma distância considerável do rio, certo? Mas a gente usa, todos os banhos que a gente faz na casa, por exemplo, é usada água de rio e a gente tem que ir em ribeirões, nascentes, cachoeiras, para poder buscar essa água. E a gente coleta ervas lá na beira do rio também. Tem comprovação, algum documento, alguma coisa que comprova cientificamente que as pessoas que estão além do limite imposto pelo Grupo EPA estão fora do risco de saúde humana?”, questiona Pai Tozinho, da Aldeia das Folhas Tenda Pai Julião das Almas, em Paraopeba.

O Grupo EPA afirmou que “para fins dos Estudos de Riscos à Saúde Humana, os limites considerados são os da área-alvo, assim, as comunidades tradicionais não contempladas na listagem contida no projeto e que se encontram dentro dos limites da área-alvo, serão incluídas no estudo. Agora, as comunidades que não se encontram dentro dos limites da área-alvo, não serão incluídas no estudo”.

Violações

Quilombolas e indígenas da bacia do rio Paraopeba esperaram por quase cinco anos para serem comunicados sobre a realização dos estudos do Grupo EPA. Somente em novembro de 2023 eles foram comunicados que a empresa iniciaria os estudos, após autorização do Comitê de Compromitentes (Instituições de Justiça e Governo de MG).

Para piorar, esses povos reclamam da forma de consulta, que desrespeitou o protagonismo das comunidades para a construção do documento, o que está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Em fevereiro, PCTs das Regiões 1 e 2 soltaram uma nota de repúdio expressando indignação diante da recorrente negação de direitos na execução dos ERSHRE. Apontam violações no direito de consulta e avaliam ser imprescindível a garantia do acompanhamento das ATIs durante os estudos.

“Não contar com o acompanhamento das ATIs nos priva de um corpo técnico necessário para garantia da participação informada, o que reforça e age para a perpetuação de um lugar de desigualdade e vulnerabilização que nos é imposto historicamente, incluindo o atraso dos ERSHRE para PCTs deixando cada vez mais discrepante o tempo de andamento do processo de reparação para nós”, afirma o texto.

foto: Marcio Martins / Nacab

Louvação à Orixá Nanã Buruque, em Vista Alegre (Esmeraldas). Eventos e festividades como esta são frequentes às margens do rio Paraopeba

COMO É O ESTUDO DO GRUPO EPA:

1
Reuniões online e presenciais com a comunidade, além da aplicação de questionários com as pessoas atingidas

2
Realização de coletas de amostras de água, de solo, de poeira, de sedimentos, de alimentos de origem animal e vegetal

3
Realização de cálculo do risco à saúde, a partir dos resultados das amostras e com base nas respostas dos questionários

4
A partir dos resultados obtidos na fase anterior, o Grupo EPA terá uma dimensão das ações de acompanhamento da saúde das comunidades e da projeção das ações para reabilitação ambiental das áreas e dos programas de monitoramento. Também é esperado um plano de comunicação com as comunidades atingidas

5
Execução das propostas que possam ter sido sugeridas pelo Grupo EPA, a serem realizadas por outra empresa

Pesquisa de monitoramento

Famílias agricultoras se tornam pesquisadoras em áreas afetadas por rejeito

Estudos realizados pelas pessoas atingidas, em parceria com a UFV, levantam indicadores para avaliar e monitorar danos provocados por desastres-crimes da mineração

Por Leonardo Dupin e Luís Henrique do Carmo

Com o objetivo de promover a participação ativa e a autonomia no processo de reparação na bacia do Paraopeba, agricultores e agricultoras da Região 3 vêm construindo, coletivamente, indicadores que reflitam a qualidade das terras e das águas afetadas pelos impactos do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho. A atividade surgiu de um debate realizado em 2023, pela ATI com as comunidades atingidas, e atualmente faz parte de uma tese de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas, da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Conduzida por Maria Nascimento Oliveira, a pesquisa conta, atualmente, com a participação de 13 famílias da Região 3. Ela avalia que o envolvimento das famílias atingidas na pesquisa é essencial para que os indicadores levantados sejam relevantes e representem as preocupações locais, ajudando-as a ter mais autonomia para decidir sobre a segurança de consumir alimentos produzidos em suas propriedades, bem como sobre a utilização da água dos rios e córregos locais ou subterrânea.

"É uma pesquisa bem desafiadora, dentro de um território que enfrenta vários desafios, que tem uma complexidade muito grande. É uma pesquisa com recursos próprios e que conta apenas com o apoio do Nacab. Então, para além da tese, eu espero que ela seja uma ferramenta que possa contribuir no empoderamento das famílias no processo de reparação, principalmente na tomada de decisões. Que eles possam ter essa autonomia de estar avaliando a sua propriedade com segurança e protagonismo no enfrentamento das consequências desse crime ambiental", afirma Maria Oliveira.

foto: Maria Eunice / Nacab

A pesquisadora Maria Oliveira na propriedade da família dos agricultores Chiquinho e Tiãozinho, em Córrego do Barro (Pará de Minas)

As etapas iniciais da pesquisa, realizadas em outubro e novembro de 2023, ocorreram nas comunidades dos Rosas, Ribeirão do Ouro e Pau Grande, localizadas em Florestal; Muquém e Córrego do Barro, situadas em Pará de Minas; e Riacho, São José, Vista Alegre e Padre João, essas em Esmeraldas. Elas contemplaram visitas às famílias participantes, a fim de estabelecer uma relação de confiança mútua, e a realização de entrevistas e início das coletas de solo.

"Essa pesquisa é muito importante para a gente ter certeza da real contaminação provocada pelo rompimento da barragem e até mesmo, se for o caso, evitar o contato com a área atingida. Queira ou não queira, a gente está passando onde foi depositada a lama, animais transitam no lugar e têm contato com a gente. É importante para termos mais segurança na nossa trajetória", afirma Valter Baeça, morador da comunidade de Vista Alegre, em Esmeraldas.

Primeiro intercâmbio teve interação com a natureza e troca de mudas

foto: Luís Henrique do Carmo / Nacab

Evento contou com participantes da pesquisa e teve caminhada até um afluente do Rio Paraopeba, em Vista Alegre (Esmeraldas)

No último dia 25 de abril foi realizado no espaço Ciclos, na Comunidade de Vista Alegre (Esmeraldas), o primeiro intercâmbio da pesquisa de monitoramento no território. O evento contou com a participação da pesquisadora Maria Oliveira e dos professores da UFV Irene Maria Cardoso e Rafael Fernandes, além de pessoas atingidas da Região 3 e da equipe da ATI Paraopeba Nacab. Na ocasião, os participantes caminharam até um afluente do rio Paraopeba, colhendo elementos da natureza que servirão de base para a pesquisa em andamento. Em seguida, fizeram uma reflexão acerca dos problemas enfrentados pelas comunidades atingidas e uma troca de sementes e mudas para ampliar, qualificar e diversificar as possibilidades de lavoura, além de uma mesa da partilha com alimentos produzidos por todos.

As etapas finais da pesquisa preveem, agora, a conclusão das coletas de solo e o início das coletas de água, além da realização de mais três encontros de compartilhamento dos resultados.

"As instituições, pelo bem e pelo mal, só acreditam no que os cientistas dizem. Para a gente é muito importante aquilo que vocês [agricultores e agricultoras] percebem e sentem (...) Quem mora aqui é capaz de perceber a mensagem da natureza muito melhor do que aqueles que estão nos laboratórios. Não que os laboratórios não sejam importantes, mas eles têm que estar a serviço daqueles que conseguem melhor entender os sinais da natureza. Estão iludidos os que acham que a gente pode recuperar a natureza. O que a gente pode fazer é contribuir para que ela nos recupere mais rapidamente.

Irene Cardoso
Professora da UFV, durante o intercâmbio de pesquisa e monitoramento do território, em Vista Alegre (Esmeraldas)

Pesquisa participativa contribui para a reparação na bacia do Rio Doce

Uma pesquisa realizada com famílias atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco, na bacia do rio Doce, serviu de inspiração para o estudo participativo que está sendo feito na Região 3. Conduzida pela pesquisadora colombiana Nancy Aidé Cardona Casas, da UFV, a pesquisa está sendo realizada nas comunidades de Campinas e Barretos, municípios de Mariana e Barra Longa.

foto: Rafael Fernandes Bragança

Intercâmbio agroecológico na comunidade de Barreto (Barra Longa)

Os primeiros resultados mostram que o trabalho tem gerado o aumento da autoconfiança, da autonomia e da força do coletivo entre as comunidades atingidas no manejo do território.

"A pesquisa ajuda as pessoas atingidas a tomarem consciência dos seus próprios saberes e de quanto eles conhecem seus territórios. Essa tomada de consciência dos conhecimentos do coletivo permite, por sua vez, que elas confiem em sua capacidade de intervir no novo ambiente afetado pelos rejeitos e de manejá-lo", afirma Nancy Aidé.

foto: Marcio Martins / Nacab

Ecossistema de Cooperação e Transição

Esmeraldas realiza primeira colheita de sementes crioulas

Por Marcio Martins

Realizada por pessoas atingidas da Região 3 e pela ATI Paraopeba Nacab, iniciativa busca melhoria da segurança alimentar e nutricional nas comunidades

Um grupo de pessoas atingidas, em conjunto com o Nacab e o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (Insea), deu início, em outubro de 2023, na fazenda experimental Ciclos, localizada na comunidade de Vista Alegre, em Esmeraldas, ao projeto Banco Comunitário de Sementes Crioulas, com o plantio de tipos diferentes de sementes. Na ocasião, foram plantados diferentes tipos de sementes escolhidas pelas pessoas atingidas: feijão, milho, abóbora, além de hortaliças e ervas, dentre outras. Os resultados começam agora a aparecer. No mês de fevereiro aconteceu a colheita de milho, fruto do primeiro plantio.

A ideia de criar um banco de sementes é parte da estratégia de formação do Ecossistema de Cooperação e Transição que vem sendo construído na Região 3, uma iniciativa de auto-organização comunitária e desenvolvimento de projetos coletivos que busca gerar, por meio de formações e partilhas de saberes, alternativas para a retomada econômica nas comunidades e municípios. Ela visa, também, ajudar a melhorar a segurança alimentar e nutricional das comunidades atingidas.

foto: Marcio Martins / Nacab

Plantação de sementes crioulas, no mês de outubro, na fazenda Ciclos (Esmeraldas)

Preservação e multiplicação das sementes crioulas

A ATI Paraopeba Nacab tem realizado diálogos com as pessoas atingidas sobre a importância da preservação e multiplicação das sementes crioulas, que guardam uma importante conservação genética e carregam histórias de famílias, muitas vezes originárias, que cuidaram da continuidade dessas sementes. Para os próximos meses, estão previstos outros encontros para colheita e armazenamento das sementes produzidas, além das visitas de monitoramento a serem realizadas.

Quintais produtivos se diversificam com a troca de sementes

A iniciativa de multiplicar as sementes crioulas e buscar uma alimentação saudável vem ganhando força entre os participantes do Ecossistema de Cooperação e Transição. Além das sementes que estão sendo cultivadas na Fazenda Ciclos, os quintais das pessoas atingidas também estão se diversificando através da troca de sementes crioulas.

O quintal da cozinheira e agricultora familiar Silvéria Baeça, moradora da comunidade de Vista Alegre, em Esmeraldas, recebeu sementes de feijão, fava e diferentes espécies de milho. O feijão, recebido de um vizinho, já rendeu uma boa colheita e, consequentemente, na panela e com tempero, a satisfação de comer um alimento de qualidade produzido no próprio quintal.

"As minhas sementes crioulas vieram como presente pelo serviço de alimentação em um encontro com a ATI, lá em Fortuna de Minas, além das que ganhei de um vizinho. Eu ganhei milhos tradicionais, milho vermelho e sementes de fava. As favas ainda não colhi, mas estão plantadas e já estão crescendo. Fiquei muito feliz! E com essas sementes veio a inspiração para plantar outras sementes crioulas. Está sendo um momento muito marcante em minha vida", disse Silvéria.

"Sou filha de agricultores, também sou agricultora, e nunca tinha pensado na produção de sementes crioulas e de alimentação orgânica. Com a iniciativa do Ecossistema, despertou em mim essa vontade de ter alimentos mais saudáveis para mim e para a minha família. É um momento único na minha vida em relação à alimentação. Hoje em dia a minha produção é suficiente para alimentar a minha família. Eu compro pouquíssimas coisas no mercado", completa a agricultora.

foto: Marcio Martins / Nacab

Milho colhido na fazenda Ciclos no mês de fevereiro

> "As sementes crioulas carregam um material genético riquíssimo que envolve a história de povos e comunidades tradicionais. As inúmeras variedades são cultivadas e guardadas pela agricultura familiar, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas, mantendo, por gerações, suas características próprias e únicas. As sementes crioulas são mais rústicas, pois são melhoradas ao longo do tempo por processos naturais e por meio da seleção manual, sem sofrer modificação genética artificial."
>
> **Gabriel Rodrigues**
> analista de Campo da ATI Paraopeba Nacab e um dos idealizadores do projeto

> "É importante a gente desenvolver esse banco de sementes porque semente é vida e temos que conservar a vida. As sementes carregam as nossas histórias e, por isso, temos que fazer algo para manter as nossas raízes e tradições."
>
> **Aline Almeida**
> moradora de Esmeraldas

Artigo

Realocação de recursos da compensação ambiental viola direito à reparação

Comitê de Compromitentes definiu que 91,4% da compensação ambiental serão destinados aos projetos de saneamento básico nos municípios impactados. Com isso, outros programas previstos ficam comprometidos

Por Ramon Rodrigues - especialista da Gerência de Reparação

A compensação socioambiental é um mecanismo adotado por empresas poluidoras nos casos em que o dano causado é irreparável a curto e médio prazo, como acontece com os grandes rompimentos de barragem de mineração. A mortalidade de peixes durante a passagem da lama de rejeitos é um exemplo desse tipo de dano, visto que não é mais possível trazer os peixes mortos à vida. Na bacia do rio Paraopeba, essa compensação é um dos grandes eixos para reparação socioambiental previstos no Acordo Judicial de Reparação Coletiva, assinado em fevereiro 2021. Os outros dois eixos são a Reparação Socioambiental (definida pelo Plano de Reparação Socioambiental – PRSA) e os projetos de Segurança Hídrica.

O Acordo de Reparação previu que a compensação dos danos ambientais irreparáveis seria realizada a partir da execução de 12 projetos ambientais, com um custo total de R$ 1.550.000.000,00 (um bilhão quinhentos e cinquenta milhões de reais). Entre os projetos previstos destacam-se a universalização do saneamento básico nos municípios impactados, o pagamento por serviços ambientais de recuperação de áreas nativas na bacia do rio Paraopeba e a revitalização de áreas prioritárias, através do programa Somos Todos Água.

Porém, recentemente, o Comitê de Compromitentes definiu que 91,4% do montante para compensação ambiental (R$ 1.417.001.073,00) serão destinados aos projetos de saneamento básico nos municípios impactados. Essa alocação de quase todo o recurso previsto em apenas um tipo de projeto significa que os outros previstos no Acordo Judicial não serão executados, como deverá acontecer com os programas de pagamentos por serviços ambientais. A decisão, que novamente aconteceu sem a participação das pessoas atingidas, configura-se como mais uma das inúmeras violações de direito desse processo de reparação.

O pagamento por serviços ambientais é um mecanismo financeiro para remunerar produtores rurais, agricultores familiares, assentados, comunidades tradicionais e povos indígenas, pelos serviços ambientais prestados, como produção de água ou remoção de carbono na atmosfera. A vantagem desse tipo de mecanismo é que os valores previstos normalmente são distribuídos para múltiplos atores conservacionistas no território, estimulando assim o desenvolvimento econômico regional. O amplo acesso a pelo menos uma parte desse valor pelas pessoas atingidas, além de acelerar o cumprimento dos objetivos da reparação socioambiental, previstos no acordo, também fomentaria o processo de desenvolvimento socioeconômico ao disponibilizar uma alternativa de renda a mais para as pessoas atingidas em toda a bacia.

A tomada de decisão sobre esse tema tão importante, sem rigor técnico, sem consulta às pessoas atingidas e sem uma avaliação integral do processo irá beneficiar apenas a Vale e o Estado de Minas Gerais, em detrimento, mais uma vez, das pessoas atingidas, obstruindo, mais uma vez, os caminhos da reparação justa e integral dos danos às pessoas atingidas.

“O pagamento por serviços ambientais é um mecanismo financeiro para remunerar produtores rurais, agricultores familiares, assentados, comunidades tradicionais e povos indígenas, pelos serviços ambientais prestados, como produção de água ou remoção de carbono na atmosfera.”

foto: Bárbara Ferreira / Nacab